

Ata Número dois

----- Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um pelas dezoito horas, na sede da Junta, sita na Travessa da Junta, número 32, 4950-318 Merufe, Concelho de Monção, reuniu esta Assembleia de freguesia, numa sessão extraordinária.-----

-----No momento de início da sessão a Presidente de Assembleia, Sónia Marisa Esteves Pinto, pediu desculpa pelo erro ocorrido na publicação dos editais e no envio das convocatórias. Usou da palavra, pedindo para que ficasse tudo o que diria em seguida registado em ata e pedindo renúncia ao mandato de membro desta Assembleia de Freguesia, que lhe fora conferido pela eleição de vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e um. Após proferir esta vontade abandonou a sala, apesar do alerta de que não o poderia fazer. Ao qual respondeu "Posso tanto que até já o fiz!". Neste momento foi substituída pela primeira secretária, Mariana Dias Rodrigues.-----

-----Após cumprimentar os presentes, Mariana Dias Rodrigues, a substituta da Presidente fez o registo de presenças, dos quais compareceram, Mariana Dias, Pedro Penteado, Patrícia Gomes, Tânia Martins, Márcio Afonso, Sandra Esteves, Márcia Gonçalves, Élio Barreiros.-----

----- A substituta da Presidente de Assembleia, prossegue com a sessão extraordinária enaltecendo que esta tem como ponto único o esclarecimento do ponto de situação financeira da Junta de Freguesia, pedindo silêncio -----

-----Posteriormente, Mariana Dias Rodrigues, deu a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia, que começa por cumprimentar os membros da Assembleia e o público agradecendo a presença de todos. O Presidente enquadrou a necessidade desta reunião para o esclarecimento público da real situação financeira da Junta de Freguesia, esclarecendo ainda que devido a esta situação ficam comprometidas as propostas para o mandato de quatro anos. O Presidente da Junta de Freguesia também esclareceu os membros da Assembleia e público presente, a alteração de contabilista, uma vez que o anterior se mostrou indisponível para continuar a exercer funções para esta Junta de Freguesia. Para melhor esclarecer a real situação das contas, pediu à substituta da Presidente da Assembleia de Freguesia, que desse a palavra à Dr.^a Vera Amorim, que na qualidade de contabilista da Junta de Freguesia apresentasse a situação financeira.

-----Esta solicitação foi aceite pela substituta da Presidente da Assembleia que deu a palavra à Dr.^a Vera Amorim.-----

-----A Dr.^a Vera Amorim, procedeu à apresentação da situação financeira. Informou a existência de faturas por pagar a onze fornecedores, sendo que as mesmas não se

encontram cabimentadas no orçamento da Junta de Freguesia e para as quais o anterior executivo não deixou saldo disponível, ainda que o anterior executivo tenha entregue ao atual executivo uma ata onde está lavrado que deixa um saldo para a gerência seguinte de (25.456,66€) vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis euros com sessenta e seis cêntimos, correspondendo seis mil oitocentos e quarenta e seis euros com nove cêntimos (6.846,09€), a fluxo de caixa e, dezoito mil seiscentos e dez euros com cinquenta e sete cêntimos (18.610,57€) a operações de tesouraria. A contabilista passou a elencar os valores em dívida: ao fornecedor A, quatrocentos e sessenta e oito euros com zero cêntimos (468,00€); ao fornecedor B, mil e setenta euros com zero cêntimos (1.070,00€); ao fornecedor C, dois mil duzentos e quarenta euros com zero cêntimos (2.240,00€); ao fornecedor D, mil novecentos e trinta e três euros com sete cêntimos (1.933,07€); ao fornecedor E, quatrocentos e quarenta e três euros com quarenta e um cêntimos (443,41€); ao fornecedor F, três mil quinhentos e quarenta e sete euros com sete cêntimos (3.547,07€); ao fornecedor G, em duas faturas, uma de noventa e quatro euros (94€) e outra de duzentos e cinquenta e seis euros com quarenta e cinco cêntimos (256,45€) o que perfaz trezentos e cinquenta euros com quarenta e cinco cêntimos (350,45€); ao fornecedor H, em três faturas, vinte mil e seis euros com oito cêntimos (20.006,08€), quarenta e quatro mil novecentos e quarenta euros com cinquenta e oito cêntimos (44.940,58€), cinquenta e quatro mil duzentos e doze euros com trinta e cinco cêntimos (54.212,35€) resultando na soma de cento e dezanove mil cento e cinquenta e nove euros com um cêntimo (119.159,01€); ao fornecedor I, cento e trinta e cinco euros com sessenta e seis cêntimos (135,66€); ao fornecedor J, trinta e nove euros com zero cêntimos (39,00€); ao fornecedor K dezoito mil cento e oitenta e nove com oitenta e um cêntimos (18.189,81€). -----

Acrescentou ainda que a estas faturas em dívida a fornecedores, o anterior executivo, a vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, adjudicou uma obra, no valor de noventa e quatro mil novecentos e vinte e quatro euros com vinte e cinco cêntimos (94.924,25€), mais IVA. -----

Referiu ainda que pelos mapas enviados, pelo executivo anterior, no que diz respeito ao controlo orçamental, passaram a informação de que não existe receita por cobrar, nem compromissos por pagar, sendo que isso não se verifica.

----Após esta apresentação, Márcio Afonso pediu a palavra à substituta da Presidente da assembleia, sendo esta concedida, pede à contabilista que volte a fazer a explicação, mas de uma forma mais clara, pois alguns dos termos usados por ela podem não ser compreendidos pela audiência. -----

----Dr.^a Vera Amorim volta a prestar o esclarecimento de uma forma resumida, explicando que em contabilidade pública não pode haver dívidas por cobrar, dado que

para pedir seja o que for é necessário que o orçamento e o saldo em caixa assim o permitam. Deste modo, o anterior executivo assumiu compromissos sem deixar saldo para os satisfazer. -----

-----Márcio Afonso volta a solicitar o uso da palavra para perguntar para onde foi o dinheiro, ao que a contabilista, após a solicitação à substituta da Presidente da Assembleia, responde que não é da sua competência a investigação, mas que isso estava entregue às entidades de direito, neste caso o Tribunal de Contas e a Inspeção Geral de Finanças, acrescentando que o executivo atual verificou as "incongruências" entre os mapas orçamentais entregues e as faturas em dívida e denunciou os factos às entidades, tendo estas de dar o seu parecer.-----

A reunião prossegue, com o pedido de intervenção de Élio Barreiros, que pergunta como foi convocada esta reunião e por quem. Ao que o Presidente da Junta respondeu por mim e por requerimento. Élio Barreiros continuou a sua intervenção questionando se a junta de freguesia tem algum dinheiro a receber de projetos ou entidades. A contabilista responde referindo que o dinheiro que entra de projetos, é destinado aos próprios para os quais foi pedido, falando no exemplo dos baldios.-----

-----Élio Barreiros pede para ter acesso aos documentos e ao relatório.-----

-----Márcio Afonso pede também para ter acesso a esses documentos e ao relatório.---

-----Márcio Afonso questiona se os projetos da junta e baldios estão juntos, ou são projetos separados. Dr.^a Vera Amorim responde dizendo que os dois projetos são distintos, mas estavam ambos em nome da Junta.-----

-----Por fim, o Presidente de freguesia pede para intervir, primeiramente clarificando que foi informado pela empresa responsável pelos projetos, que seria mais vantajoso os projetos serem feitos pela Junta de Freguesia do que pelos baldios, finalmente agradecendo a presença da audiência e dos membros da assembleia. O Presidente da Junta de Freguesia agradeceu aos fornecedores que efetuaram obras e aguardam o seu pagamento.-----

-----E não havendo mais nada a acrescentar, a substituta da Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião pelas dezoito horas e vinte e seis minutos.-----

A Presidente da mesa, em exercício: *Mariano Justo Rodrigues*

Primeira - secretária: *Edoardo Alexandre Gomes Penteado*

Segundo-secretário em exercício: *Tânia Sofia Pinto Martins*